

No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação *

Raquel Discini de Campos**

Resumo:

O artigo busca contextualizar a importância adquirida pelos jornais de variedades no cotidiano das sociedades urbanas no Brasil dos séculos XIX e XX, bem como problematizar a ocupação feita desse espaço discursivo por intelectuais de diversas origens e graus de consagração. Trata, além disso, dos procedimentos teórico-metodológicos a serem observados por aqueles que tomam tais jornais tanto como fontes quanto como objeto de pesquisa para a escrita da história da educação brasileira.

Palavras-chave:

fontes; metodologia de pesquisa; imprensa e educação.

* Este texto, apresentado em parte no IX Congresso Iberoamericano de História de la Educación Latinoamericana (CIEHLA), é um desdobramento da pesquisa intitulada “Um educador viajante: estudo sobre a atuação do intelectual Floriano de Lemos na imprensa brasileira (1906-1965)”, financiada pelo CNPq e pela FAPEMIG.

** Professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

In the search of old newspapers: considerations about the use of non-pedagogical press as a source for writings about the history of education

Raquel Discini de Campos

Abstract:

This article aims to contextualize the importance acquired by varieties newspapers in the daily of the urban Brazilian societies in the eighteenth and nineteenth centuries, as well as analyze the problem of the use of this discursive space by intellectuals from different origins and levels of success. Furthermore, this article discusses the theoretic-pedagogical procedures for researchers who use these newspapers as the source and research object to the writing of the history of education.

Keywords:

sources; research methodology; press and education.

*Se não existe informação, não existe opinião.*¹

Prestígio

Formidável. Assim Fernando de Azevedo adjetivava os meios de comunicação de massa nos parágrafos derradeiros do famoso Manifesto, que veio a lume em 1932. A suposta letargia das escolas do passado, ou a *esterilidade*, conforme a argumentação do autor seria transformada a partir do momento em que as mais importantes instituições do século XX se complementassem e agissem em conjunto, visando à educação de toda a sociedade: a escola, a família, as associações profissionais e, sobretudo, a imprensa.

Protagonista, juntamente com seu grupo, de momentos decisivos da história da educação brasileira ao longo do século XX, Azevedo era um sujeito que circulava com desenvoltura pelas redações dos jornais. Chegou mesmo a ser redator e crítico d'*O Estado de S. Paulo*, onde capitaneou dois famosos inquéritos nos anos de 1920: um sobre arquitetura colonial, outro sobre a instrução pública paulista (BONTEMPI, 2004; PILETTI, 1994).

A fim de se dirigir “ao povo e ao governo” em esfera pública de grande circulação, os signatários do Manifesto, sob a batuta de Azevedo, recorreram inicialmente aos jornais. Só posteriormente o texto adquiriu forma de livro, tamanho foi o reconhecimento e o prestígio alcançados pelos impressos entre os setores ilustrados da população brasileira desde o século XIX. É dessa tribuna utopicamente pública que o *povo* foi convocado a aderir ao projeto escolanovista que se almejava implementar. Dali saiu um plano que ganhou grande visibilidade e que deveria ser executado pelo governo².

1 Propaganda da Associação Nacional de Jornais veiculada no *Estado de S. Paulo* e na *Folha de S. Paulo* em 3/5/2009.

2 O conceito de *povo* é uma abstração que, no caso de Azevedo, é utilizada como arma retórica para convencimento dos leitores de que os signatários do Manifesto falavam em nome de todos os cidadãos. Tal abstração, por sua vez, remete à ideia de *opinião pública*, diretamente envolvida com o próprio nascimento da imprensa. Em relação a este último conceito, *opinião pública*, há tempos foi superada a aceção segundo a qual esta seria uma espécie de espelho da sociedade: límpido e transparente, no qual seriam refletidas a diversidade e a pluralidade das opiniões existentes no mundo. A *opinião pública* é, na verdade, a opinião de determinados grupos, assim como o *povo*,

Se um dos objetivos do Manifesto era o de arregimentar a opinião dita esclarecida em torno do reconhecimento da função social da escola e do papel político central a ser desempenhado pelos autointitulados *renovadores* no governo de Getúlio Vargas, nada melhor do que a ocupação do espaço privilegiado representado pelos jornais – os tais *formidáveis* veículos (in)formativos, aos quais Azevedo se refere.

Ele não se enganou ao superestimar os jornais de seu tempo. Historiadores sociais da imprensa demonstraram o quanto tais veículos foram (e ainda o são) inegavelmente também *sujeitos da história*, que se incumbem de registrar, explicar, discutir e comentar as coisas do mundo (CRUZ, 2000; DARNTON; LUCA, 2006; ROCHE, 1996).

A consciência do verdadeiro papel da escola na sociedade impõe o dever de concentrar a ofensiva educacional sobre os núcleos sociais, como a família, os agrupamentos profissionais e a imprensa, para que o esforço da escola se possa realizar em convergência, numa obra solidária, com as outras instituições da comunidade. Mas, além de atrair para a obra comum as instituições que são destinadas, no sistema social geral, a fortalecer-se mutuamente, a escola deve utilizar, em seu proveito, com a maior amplitude possível, todos os recursos formidáveis, como a imprensa, o disco, o cinema e o rádio, com que

ao qual Azevedo se dirigia, era formado pelo conjunto de pessoas que consumia os jornais daqueles tempos. Destaca-se, portanto, que tanto o conceito de *povo*, empregado por Azevedo, quanto o de *opinião pública*, utilizado comumente pela imprensa, subsumem, na verdade, um conjunto de indivíduos concretos em singulares plurais, em atores coletivos. Antoine Prost demonstrou recentemente, em suas *Doze lições sobre a história* (2008), que a personalização de atores, embora inanimados, é um dos movimentos constitutivos da linguagem cotidiana de jornalistas, por exemplo, que acreditam falar em nome da *opinião pública*. Também é parte inerente da escrita empreendida pelos profissionais das ciências humanas, como Fernando de Azevedo, que buscava fazer crer que falava em nome do *povo*. Contudo, destaca-se que no caso das análises sociológicas, ou mesmo das narrativas históricas operadas por nós, contemporaneamente, essa personalização de coletivos humanos é uma operação estilística a um só tempo arriscada e incontornável. Resta atentar para o fato de que tais coletivos não são naturais, mas sim “construções humanas e produtos de uma história” (idem, p. 208), ou seja, tipos ideais. Para além dos exemplos de *povo* e *opinião pública*, poderíamos citar, juntamente com o autor, outras entidades como *nação, burguesia, cidadãos, intelectuais* etc.

a ciência, multiplicando-lhe a eficácia, acudiu à obra de educação e cultura e que assumem, em face das condições geográficas e da extensão territorial do país, uma importância capital (MANIFESTO..., 1984, p. 423).

Segundo o autor, imprensa e escola deveriam ter como objetivo a construção de uma *obra* partilhada: a educação renovada do cidadão brasileiro dentro de um ambiente escolar pulsante, traduzido em salas de aula, materiais pedagógicos, currículos e laboratórios revigorados, conforme pregava a ideologia modernizante em curso. Mas a *obra* partilhada também deveria realizar-se em qualquer outro espaço social, onde fosse possível circular um jornal que disseminasse concomitantemente os conhecimentos científicos produzidos pelos especialistas e os valores morais tidos como desejáveis naquele momento: apreço pela democracia, pelo liberalismo e pela meritocracia, dentre outros.

É interessante observar como num recorte muito mais modesto do que o representado pelo texto de Azevedo e demais signatários do Manifesto, mas não por isso menos emblemático de um modo de ser, ou de um *ethos* geracional, vimos emergir do universo cultural paulista crença semelhante, não apenas no papel crucial desempenhado pelos jornais na educação diária das pessoas, mas também na função exercida por eles na própria *evolução* da sociedade. Tal confiança é verificada na crônica publicada em primeira página de *A Notícia*, importante jornal em circulação nos anos de 1920 no interior do estado de São Paulo³. Num tempo de hibridismo entre positivismo heterodoxo, higienismo, sanitarismo, culturalismo, darwinismo social e democracia política, o papel atribuído aos jornais no rápido florescer de um país considerado ainda em estado latente se evidencia.

3 *A Notícia* (1924-1985; 1990-1996) foi um impresso que circulou na região Noroeste Paulista na primeira metade do século XX. De cunho liberal, era administrado por advogados, engenheiros, médicos e professores que acreditavam, como era comum no período, ter a missão de doutrinar a população por intermédio da imprensa, a *vista da nação*, expressão consagrada por Rui Barbosa. Floriano de Lemos, autor da crônica em questão, foi um médico carioca que, nos anos de 1920, escreveu ininterruptamente naquelas folhas. Nas décadas posteriores retornou ao Rio de Janeiro, onde passou a publicar a prestigiada *Cronica Cientifica*, que circulava aos domingos no *Correio da Manhã*, um dos mais relevantes jornais brasileiros do século XX (CAMPOS, 2004; 2009).

Na vida intelectual como no progresso material dos povos, a imprensa aparece como uma das mais poderosas alavancas para levantal-los ao nível da verdadeira civilização. Na instrução científica e literária como na educação moral e econômica das nações, a imprensa é ainda um dos mais valiosos factores que agem na organização dos elementos básicos dessas instituições [...] A imprensa é um poder sobrehumano que vence todos os obstáculos, destroe os mais sólidos edifícios e levanta os ânimos abatidos transformando-os em energias robustas e benéficas. Ah! A imprensa! Como sua importância está longe de ser compreendida! (LEMOS, 1927).

Analisando ambos os excertos, vemos que tanto um intelectual em pleno processo de consagração nacional, como Fernando de Azevedo, quanto um intelectual de atuação mais restrita e menos especializada, como Floriano de Lemos, partilhavam de um ideal comum: a crença de que os jornais eram extraordinários veículos educativos da população brasileira. Partilhavam também de um estilo de escrita convocatório que se manifestava na tentativa de persuasão dos leitores em relação ao reconhecimento da importância vital dos jornais no processo civilizador que tentavam pôr em curso, cada qual à sua maneira, dentro e fora das escolas.

Atentos às proporções continentais do país e aos baixos níveis de escolarização existentes, ambos admitiam por meio de seus escritos a “importância capital” (MANIFESTO..., 1984) ou o “poder sobre-humano” (LEMOS, 1927) dos jornais para a disseminação de um determinado estilo de vida em todos os rincões do Brasil.

Na verdade, o processo de transformações políticas, econômicas, sociais e, especialmente, culturais que caracterizou o mundo ocidental na época teve no jornalismo uma força de ressonância ímpar, sendo mesmo impossível dissociar o modo de vida urbano triunfante e a propagação de periódicos. República, urbanismo, sanitarismo, higienismo, cosmopolitismo, feminismo, moda, elegância, progresso, modernidade, nacionalismo e outros valores diversos que deram o tom característico àqueles tempos não apenas ecoavam na imprensa. Antes de tudo, eram mesmo realimentados ou criados por ela.

Vale lembrar que a publicação de cartas anônimas envolvendo denúncias contra pessoas públicas, as revelações bombásticas (e às vezes não comprovadas) sobre políticos às vésperas de eleições e até mesmo assassinatos

ocorridos em função de uma ou outra notícia ou nota veiculada em jornais fazem parte da história brasileira ao longo dos séculos XIX/XX. Modernamente, no jargão jornalístico, é chamada de factóide a divulgação reiterada e sensacionalista de notícia (verdadeira ou não) envolvendo determinado acontecimento ou pessoa. Num tempo de celebridades instantâneas e efêmeras, somos constantemente expostos aos factóides criados pelos *mass media*.

Walnice Nogueira Galvão (1994, p. 18) fez esta afirmação a respeito dos jornais do século XIX:

Sendo, como foi, de enorme importância informativa, o jornal desse tempo suscita no leitor de hoje a opinião de que tudo, mas tudo, se passa nas páginas dele. E não só se passa como *se cria*, sejam incidentes, intrigas ou até mesmo conspirações.

Por sua vez, Antoine Prost (1995, p. 142) é definitivo ao afirmar que anteriormente à disseminação de outros meios de comunicação, principalmente do rádio, “[...] a opinião pública penetrava no âmbito doméstico sob uma única forma: a imprensa”. Pode-se acrescentar que essa *opinião pública* também penetrava com uma força difícil de aquilatar não apenas nos espaços domésticos, mas também, e justamente, nos incontáveis e até então inéditos espaços *públicos* (a maior parte nem tão públicos assim) de sociabilidade urbana: ruas, estações de trem, praças, bares e cafés, salões de moças, barbearias de moços – e diversos lugares onde podemos imaginar jornais circulando de mão em mão antes de irem “forrar o chão da cozinha” ou “embrulhar um par de sapatos no dia seguinte”, conforme constatação de Antonio Candido (1992, p.14).

Materialidade efêmera, a do jornal. Objeto portador de uma fugacidade que se assemelha à própria sensação temporal de celeridade relativa ao homem contemporâneo que o produz. O tempo, no início do século XX, também se construía como rápido e fugidio nos espaços urbanos, onde de repente – ainda – se forrava o chão da cozinha com o jornal publicado no dia anterior. Sevcenko (1989, p. 94) assim o demonstra:

Novas técnicas de impressão e edição permitem o barateamento extremo da imprensa. O acabamento mais apurado e o tratamento literário e simples da

matéria tendem a tornar obrigatório o seu consumo cotidiano pelas camadas alfabetizadas da cidade. Esse “novo jornalismo”, de par com as revistas mundanas, intensamente ilustradas e que são o seu produto mais refinado, tornam-se mesmo a coqueluche da nova burguesia urbana, significando o seu consumo, sob todas as formas, um sinal de bom-tom.

Ocupação

No que diz respeito à significativa influência da imprensa na vida das pessoas de todos os níveis sociais e culturais nos séculos XIX e XX, destacadamente da emergente burguesia urbana – e dos seus artífices, em particular, os intelectuais – Sussekind (1987) confirmou o quanto o estilo literário foi afetado pelo estilo jornalístico. Este se configurava como cada vez mais rápido e conciso, em oposição àquele, que a partir da difusão dos jornais começou a parecer desacelerado e lento para a sensibilidade da época, em franca mutação.

Miceli (1977) e Sevcenko (1989) ainda evidenciaram o que se passava do outro lado do processo em curso: a forma como os literatos se apropriaram de um lugar social nas seções em formação dos jornais, não apenas como forma de distinção e intervenção no espaço público, mas também como forma de obter rendimentos. É célebre a atuação de Euclides da Cunha como correspondente de guerra do jornal *O Estado de S. Paulo* no episódio de Canudos, enquanto Lima Barreto (mal) sobrevivia do seu desempenho como homem de imprensa no Rio de Janeiro.

Isso sem mencionar tantos outros intelectuais de diferentes envergaduras e graus de consagração, como um otimista Machado de Assis, por exemplo, que em 1859 celebrava no *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro a revolução operada pelo verdadeiro derramamento de impressos no dia a dia dos homens do seu tempo. Para este autor, os jornais seriam, inclusive, muito superiores aos livros em relação às possibilidades de democratização da cultura e de divulgação de ideias divergentes entre um grande número de indivíduos.

O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum,

universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções. O jornal apareceu, trazendo em si o gérmen de uma revolução. Essa revolução não é só literária, é também social, é econômica, porque é um movimento da humanidade abalando todas as suas eminências, a reação do espírito humano sobre as fórmulas existentes do mundo literário, do mundo econômico e do mundo social. Quem poderá marcar todas as consequências desta revolução? (ASSIS, 2011)

Fernando de Azevedo e Floriano de Lemos não estavam sozinhos, afinal. Na crença comum quanto aos efeitos positivos da imprensa frente ao mundo social, dialogavam com a tradição ocidental que remonta, no caso do Brasil, ao século XIX de Machado de Assis e, no caso europeu, à própria Idade Moderna que viu emergir o invento de Guttemberg (séc. XVI/XVIII).

No caso brasileiro, pelo menos desde o século XIX, publicar em jornais transformou-se num imperativo social e simbólico e, igualmente, numa importante fonte de renda para letrados de todos os quilates, que iam desde figuras consagradas como as de Machado de Assis, Olavo Bilac, Coelho Netto e Monteiro Lobato – todos eles literatos célebres por colaborarem regularmente com jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e alhures, e por receberem um ordenado mensal por isso – passando pelos mais diversos tipos de intelectuais de menor porte: assalariados, *anatolianos* ou polígrafos, conforme nomeou Miceli (1977).

Esse autor escrutinou a atuação de tais homens de letras, mais celebrados, ou menos, na época deles, em boa parte esquecidos hoje em dia e, vez ou outra, rotulados de *pré-modernos*. Miceli fez isso mostrando-os como os grandes artífices da imprensa nacional. Para o autor, eles também foram os responsáveis pela profissionalização da figura do intelectual no país⁴.

É importante ressaltar que os polígrafos, como a própria designação permite antever, eram, em maior parte, pequenos produtores culturais

4 Miceli chama os polígrafos de *anatolianos* em referência à influência da cultura francesa na produção que desenvolveram. Tal influência pode ser sintetizada na alusão ao nome do francês Anatole France (1844-1924), escritor de grande sucesso nos séculos XIX/XX.

independentes que viviam não apenas como homens de imprensa, mas igualmente, proferiam palestras e conferências, publicavam livros sobre assuntos variados em pequenas gráficas, além de serem figuras ligadas ao mundanismo tão em voga no período.

Como legítimos representantes do gosto burguês que se disseminava de forma heterogênea em todo o mundo ocidental – particularmente em algumas cidades brasileiras, destacadamente o Rio de Janeiro – tais escritores celebravam em suas obras os bens materiais e os prazeres do consumo proporcionados pelo estilo de vida urbano capitalista que então se difundia. Notabilizavam esse estilo de vida, compartilhado pelo seletivo grupo ao qual pertenciam ou desejavam pertencer.

Dos espaços de diferenciação e sociabilidade que frequentavam, como casas de chá, bares, teatros e cafés, emergiam regras sobre o bem viver que reverberavam em seus escritos. Da mesma maneira, tais escritos colaboravam para que os códigos do refinamento social se difundissem entre pares. Assim, discutiam a decoração dos ambientes, a etiqueta observada na composição dos trajes de homens e mulheres, o comportamento esperado da “boa sociedade” etc. Conforme demonstrou Sevckenko (1989), as palavras de ordem difundidas pelos polígrafos/mundanos naqueles tempos eram *chic* e *smart*, numa evidente alusão às influências francesa e norte-americana no seu estilo de vida.

Eram, desse modo, pessoas ainda pouco especializadas que atuavam de maneira inespecífica no campo cultural brasileiro, diferentemente dos autointitulados intelectuais *modernos* que os sucederam, especialistas que faziam o elogio da técnica e da especialização dos campos e que bem podem ser personificados na imagem construída historicamente pelo grupo do qual Fernando de Azevedo fazia parte.

Tanto os *polígrafos* da virada dos séculos XIX/XX, que buscavam responder a todas as demandas da imprensa da época escrevendo sobre uma grande diversidade de assuntos (moda, sociedade, literatura, ciência etc.), quanto os *modernos*, especialistas que emergiram posteriormente, postularam uma cadeira cativa nos jornais que circularam no Brasil.

Bontempi (2004, p. 5) lembra que “[...] a imprensa, a quem a sociedade teria outorgado o direito e o dever de fiscalizar o poder público, a fim de

evitar os abusos e desvios autoritários do Estado e dar visibilidade à coisa pública, tornou-se por isso a cadeira cativa do intelectual”. Sem dúvida a imprensa foi um dos veículos mais incensados pelos grupos letrados dos séculos XIX/XX, ocupando um lugar de prestígio na vida cultural brasileira, desde aqueles tempos e além.

Legitimidade

Já há algum tempo historiadores da educação se deram conta desse processo de significativa valorização da imprensa, empreendido pelos intelectuais dos séculos XIX/XX, quer fossem polígrafos ou especialistas. Muitas pesquisas buscaram perscrutar temas estritamente educacionais, tanto nas folhas periódicas tipicamente opinativas do século XIX, quanto no *produto* jornal, característico dos séculos XX/XXI.

Debateram-se as representações reconstruídas por eles, tanto no que diz respeito à escola quanto à profissão docente; problematizaram-se estratégias utilizadas por determinados grupos na consolidação de políticas públicas educacionais, do mesmo modo que foram desvelados os embates próprios do campo, os quais ecoaram em todo o país por intermédio dos jornais. Não por acaso, muitos trabalhos que buscaram apreender a *reação católica* ao mundo moderno utilizaram impressos de pequena, média e grande circulação⁵.

Além disso, não apenas a historiografia educacional, mas também ela procurou mapear a atuação dos diferentes grupos sociais (incluindo o dos católicos) que ocuparam o espaço público por meio de seus impressos: abolicionistas; liberais de todas as estirpes; feministas; *pioneiros* e outros coletivos que conseguiram, por fim, consolidar seus gostos, prescrições e utopias por intermédio da elaboração de jornais. Faria Filho (2002, p. 134) indicou que em plagas mineiras, assim como em boa parte do mundo ocidental,

5 As décadas de 1920, 1930 e 1940 são marcadas por inúmeras iniciativas religiosas, culturais e políticas empreendidas pela Igreja Católica e pelo seu laicato no espaço público. Tais iniciativas (fundação das faculdades católicas, da revista *A Ordem*, do centro D. Vital etc.) são conhecidas como *reação católica* ao processo de laicização da sociedade.

o jornal foi visto como uma importante estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, maneiras e costumes. Sobretudo os jornais foram vistos como importante estratégia educativa.

Da mesma maneira, Gonçalves Neto (2002) lembrou que os periódicos não especificamente pedagógicos se transformaram num dos mais significativos veículos de divulgação de ideias, valores e representações sociais nas primeiras décadas do século XX – e que justamente por isso deveriam ser analisados com vagar pelos historiadores da educação.

Mais recentemente, Araújo e Schelbauer (2007, p. 5) enfatizaram que, se “a educação é uma prática social que se estrutura a partir do que é veiculado pela cultura, a imprensa tem seu lugar na educação dos homens em sociedade”. Ambos ainda indicaram que esse tipo de fonte vem contribuindo sobremaneira para a ampliação de pesquisas histórico-educacionais de caráter regional e local.

É interessante observar, todavia, que apesar do reconhecimento de que a imprensa é tanto um *veículo educativo* quanto um *meio de ocupação da esfera pública*, compartilhado por diversos grupos sociais pelo menos desde o século XIX, e a despeito da inequívoca consideração da comunidade de historiadores em relação à utilização desse tipo de vestígio para a escrita da história da educação, os trabalhos dos que se detêm nessa *fonte/objeto* de pesquisa problematizaram timidamente as questões teórico-metodológicas que envolvem o seu emprego. Vive-se, na verdade, situação de legitimidade “emprestada” dos trabalhos consolidados em torno das revistas pedagógicas, estas sim, há muito validadas pelo campo.

Destaca-se que tal validade incontestada das revistas, em contraposição à posição secundária ocupada pelos jornais, se deu em função tanto da qualidade e impacto dos trabalhos dos que as elegeram para análise, quanto pelo fato de que os que o fizeram trataram de assuntos e agentes claramente educacionais: os alunos, os professores, os diretores e supervisores; a circulação das ideias pedagógicas, as reformas de ensino, a atuação dos intelectuais da educação e suas respectivas redes de sociabilidade; as disciplinas, os livros, os currículos e as práticas autenticamente escolares.

Denice Barbara Catani, Maria Helena Camara Bastos, Marta Carvalho, Carlos Monarcha e seus respectivos orientandos de mestrado e doutorado impulsionaram os estudos das revistas de ensino no Brasil. Na esteira das proposições consagradas pela história cultural, particularmente pelas obras de Roger Chartier, estes e outros pesquisadores as tomaram como *objetos culturais* e como suporte material de práticas de leitura. Daí a reflexão sobre a sua materialidade, bem como sobre os usos que delas fizeram os seus leitores.

Sem dúvida a ampla circulação da obra *Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação*, organizada por Catani e Bastos em 1997, foi um dos fatores que impulsionaram os estudos das revistas de ensino. Levantamento feito por Catani e Faria Filho (2005) sobre as fontes mais utilizadas pela historiografia da educação nos GTs da ANPED entre 1985 e 2000 indica a legitimidade alcançada por elas como fontes no campo. Em ordem decrescente, foram utilizadas naqueles anos: revistas: 15,3%; documentos oficiais: 14,4%; bibliografia secundária: 14,4%; legislação: 11,9%; relatos orais: 11%; obras escritas no período: 10,6%; relatórios: 9,3%; jornais: 8,9%; livros didáticos: 4,2%.

Vale salientar, todavia, juntamente com Ana Luiza Martins (2001), que apesar de as revistas terem surgido *a partir* dos jornais – tanto seu nascimento quanto sua consolidação como gênero específico se concretizaram por meio da utilização comum das técnicas, da maquinaria e dos profissionais envolvidos no jornalismo diário –, ambos os veículos constituem, cada qual, *fontes e objetos diversos*.

A função social do jornal e da revista apresenta peculiaridades lá e cá, tanto no estabelecimento de leitores que buscam o jornal ou a revista com aspirações diferenciadas como no modo próprio de presença construído no jornal e na revista já que são gêneros discursivos distintos (DISCINI, 2010).

Tal distinção se opera tanto na periodicidade dos jornais, normalmente diária e, dependendo do período histórico, com uma assiduidade matutina e vespertina, quanto em relação ao seu acabamento. Os jornais são irremediavelmente erigidos sob o signo do atropelo cotidiano, enquanto as revistas são geralmente mais refinadas, a começar pelo enfeixamento das folhas em torno de uma capa, passando pela diagramação e qualidade do papel utilizado, pelas cores e artes gráficas em geral empregadas no seu fabrico.

Além disso, contrariamente aos jornais, revistas têm uma circulação que pode ser semanal, mensal, bimestral ou semestral, dependendo do caso. Desse modo uma linha limítrofe faz inclinarem-se, para um lado e para outro, as informações e comentários veiculados pelo jornal e pela revista. Distinguem-se os ditos e os modos de dizer.

É justamente a importância da compreensão da materialidade diversa da fonte (o que é jornal? o que é revista?), uma materialidade que vai, por sua vez, acarretar diferentes formas de abordagens metodológicas, que leva Luca (2006, p. 23) a ser categórica ao afirmar:

As classificações abstratas e generalizantes, por mais útil que sejam, não prescindem da caracterização específica construída a partir da análise do próprio corpo documental selecionado, das funções autoatribuídas, em articulação constante com a sociedade, o tempo e o espaço no qual a fonte se insere. Em outras palavras, as diferenças na apresentação física e estruturação do conteúdo não se esgotam em si mesmas, antes apontam para outras, relacionadas aos sentidos assumidos pelos periódicos no momento de sua circulação.

Portanto, a empreitada “arqueológica” dos jornais – expressão consagrada pelos que tomaram Roger Chartier como referencial teórico – em muito se assemelha àquela tal noção empreendida em relação às revistas, mas sem dúvida não pode ser empregada sob a mesma acepção para gêneros discursivos diferentes, os quais apresentam, cada qual, um estilo ou modo de presença próprios: o jornal e a revista.

Se o sentido da fonte jornal é diferente do sentido da fonte revista, em comum no trato de ambos está a operação de *crítica interna e externa do documento*, já que desde tempos imemoriais intuímos que todo e qualquer registro deve ser historicizado *per se*.

Manuseio

Antoine Prost, com a elegância que lhe é peculiar, comentava em uma de suas *Doze lições sobre a história* (2008) o autorretrato construído do historiador como um *artesão*; e a imagem da prática historiográfica como

um *ofício*. Ele demonstrava, na sua sétima lição, o porquê da recorrência de uso, de nossa parte, de um vocabulário de cunho artesanal na referência à nossa profissão. A opção por esse vocabulário, segundo o autor, nada tem de pedantismo ou falsa modéstia.

Ela revela, ao contrário, certa crença de que não existe uma regra exata que possa ser aplicada automaticamente à prática. É o fazer cotidiano do historiador que molda sua narrativa, e esse fazer inclui boa dosagem de intuição, tato, erudição e curiosidade que, quando bem alinhavados ao rigor na análise da prova, podem resultar num bom trabalho, diria Ginzburg (1989).

Justamente por isso a metodologia do *ofício* não pode ser restrita a certa instrumentalidade, sequer pode ser explicada de forma muito didática. Ela se concretiza em nosso dia a dia como nas antigas corporações medievais. Ou, melhor dizendo, para “nacionalizar” a metáfora dos franceses, ela ocorre como naquelas antigas oficinas de ferreiros do início do século XX brasileiro: por meio de um aprendizado cotidiano. “Ao fazer história é que alguém se torna historiador” (PROST, 2008, p. 134). Ao malhar o ferro quente é que alguém se torna ferreiro.

Longe de querer, no âmbito da restrição, instrumentalizar a prática – ou o que seria muito pior, retirar o seu quinhão de poesia – elencaremos a seguir alguns pressupostos para o manuseio desse tipo de fonte. São conjecturas metodológicas que vêm sendo consideradas (e talvez pouco enunciadas) por aqueles que se aventuraram na escrita da história da educação brasileira por intermédio de jornais não especificamente pedagógicos. Quem sabe se trate de ponderações sobre o rigor no trato desse tipo de prova, afinal.

March Bloch, Michel de Certeau, Jacques Le Goff e outros mestres da nossa oficina contemporânea demonstraram que é preciso estar atentos às intenções de quem produziu os jornais, à sua função num dado grupo social, aos pontos de vista explícitos e implícitos nos argumentos dos que escrevem, fotografam, desenharam, pintam, diagramam e finalmente leem não apenas esses artefatos culturais, mas qualquer tipo de fonte.

Por isso, ao manusear um jornal, necessitamos, antes de tudo, pensar, juntamente com os nossos mestres de ofício, em texto, contexto e técnicas de produção; ou em discurso, na acepção de um texto observado na situação

de comunicação que o sustenta, o que supõe um posicionamento social e historicamente marcado do sujeito que produziu o jornal.

O trato dos jornais claramente opinativos do século XIX, também chamados de gazetas e pasquins, não pode ser o mesmo do *produto* jornal característico dos séculos XX/XXI. Aqueles muitas vezes eram resultantes da associação de um pequeno grupo de pessoas, às vezes até obra de um único indivíduo. Caracterizavam-se claramente como instrumentos políticos, como arma de combate no espaço público, sendo que seus aspectos comerciais, ou inexistiam, ou eram dados como secundários. A partir das primeiras décadas do século XX, alguns deles se transformaram em empresas jornalísticas, e outras centenas surgiram como *produtos* da ordem capitalista internacional. São, portanto, empresas privadas regidas sob a égide do lucro (BAHIA, 1990).

Carecemos refletir, igualmente, sobre a necessidade de mapeamento dos grupos por onde eles circularam e fizeram sentido; perguntar sobre os motivos que levaram coleções de jornais a sobreviver à ação do tempo. Responder sobre quem os guardou e os encadernou em brochuras, ou quem os microfilmou ou digitalizou e por quais motivos. Precisamos ainda atentar para o fato de que a sua disponibilidade em arquivo público ou pessoal comporta diferentes sentidos.

Dessa maneira começamos a realizar a *crítica interna e externa da fonte*, contemporaneamente proposta pelos franceses. Assim problematizamos *o nosso próprio movimento de transformação de um periódico em fonte*. A esse respeito, Michel de Certeau (1974, p. 30) ensina que:

Em história, tudo começa com o gesto de *selecionar*, de reunir, de, dessa forma, transformar em “documentos” determinados objetos distribuídos de outra forma. Essa nova repartição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo fato de recopiar, transcrever ou fotografar esses objetos, mudando, ao mesmo tempo, seu lugar e seu estatuto.

Há que se levar ainda em conta que o sujeito historiador que os lê no século XXI o faz não apenas em um outro tempo/espaço; mas o faz de uma forma diversa daquela empreendida pelo leitor concernente à história pregressa. Os exemplares encadernados em brochuras (grande parte deles)

são lidos não raro com o leitor em pé, enquanto buscamos abarcar a totalidade da página. Nós os lemos também sentados em frente a representações geradas por telas, que refletem, *on line*, textos e imagens digitalizadas ou microfilmadas que são, à sua moda, sedutoras e encantatórias.

Como os impressos comportam registros múltiplos (segmento verbal, iconografia, entre outros) e gêneros discursivos variados (crônicas, notícias, entrevistas etc.) somos embebidos pelo caráter aparentemente heterogêneo (e agradabilíssimo) desse tipo de suporte. Martins (2001, p. 21) identifica os impressos em geral como uma verdadeira “cilada documental” para historiadores, enfatizando que

[...] os apelos que transportam e induzem o pesquisador a configurações quase pictóricas do passado, tal como um espelho disforme, refletem imagens falsas, imagens de superfície, que requerem investigação e decodificação.

Mas podemos pensar também na destinação de jornais “no dia seguinte” – e no que isso acarreta na nossa opção por trabalhar com jornais diários como fontes para a história da educação. Retomando a constatação de Antonio Candido, os jornais possuem um estatuto que os destinam a “ferrar o chão da cozinha”. Por isso se consolidam na ordem da efemeridade. Inversamente à fugacidade concreta, no entanto, a força imaterial está justamente na reiteração, dia após dia, edição após edição, ano após ano de determinados padrões culturais compartilhados por aqueles que os escreveram e os consumiram. Um contrato de confiança subjaz entre aquele sujeito coletivo que envolve quem participa da edição e da leitura do jornal. Esse contrato de confiança envolve crenças, aspirações e memória.

É justamente por isso que as pesquisas que se utilizam de jornais não especificamente pedagógicos para falar sobre a história da educação trabalham, na verdade, com um conceito de educação mais abrangente do que o da educação escolar. Trata-se de uma concepção que remonta e se mistura à própria ideia de cultura, ou melhor dizendo, juntamente com Manacorda (1989, p. 6), trata-se de uma concepção de educação na qual se vislumbra o “processo educativo pelo qual a humanidade elabora a si mesma, em todos os seus vários aspectos”, tendo o jornal como veículo mediador por excelência.

Assim se buscam nas folhas impressas não apenas as questões educacionais literais já mencionadas. Antes disso, são esquadrinhados os sentidos que os homens do passado conferiram ao mundo por meio de imagens, palavras, notícias, entrevistas e propagandas estampadas em páginas hoje amareladas. São procuradas as formas como os grupos que confeccionaram tais folhas as consumiram e as puseram em circulação. E mais: são perscrutadas as formas como os homens do passado olharam o mundo, se deram a ver no mundo, buscaram ensinar o outro a olhar este mundo de uma determinada maneira.

Poderíamos perguntar o quanto as propagandas de cremes, vitaminas, cintas e sutiãs destinadas ao consumo feminino refletem ou refratam orientações voltadas para um modo próprio de habitar o espaço social; bem como poderíamos investigar fotos e entrevistas com *misses* e modelos ganhadoras dos concursos de beleza nacionais e internacionais, na medida em que nos ensinaram, pelo menos ao longo dos dois últimos séculos, sobre o que é o belo e o desejado em termos de corpo e comportamento femininos, o que supõe seu contrário, ou seja, o que é feio, asqueroso e repudiado. Poderíamos, ainda, nos perguntar, juntamente com Prost (1995), se haveria um historiador capaz de nos dizer o quanto os nossos modos de amar devem aos meios de comunicação de massas. “Os meios de comunicação sussurram aos ouvidos de cada um os grandes princípios do momento” (idem, p. 148) nos diz esse autor, indicando o quanto tais veículos buscam padronizar, persuadir e moralizar, na maior parte das vezes de forma sutil e não declarada, seus leitores.

Ele mesmo indica, entretanto, que, apesar de os jornais possuírem um caráter intrinsecamente educativo, *eles são naturalmente polissêmicos*, como a própria sociedade de onde eles provêm, como a própria cultura humana: “[...] o próprio imaginário é rodeado pelas imagens vindas do exterior, e os sonhos individuais tomam de empréstimo uma proporção indefinível dos fantasmas de todos [...]” (idem, p. 148).

Polissêmico é qualquer texto, pois a própria língua, em situação de comunicação, torna-se polissêmica, ou seja, agrega sentidos novos àquilo já dado no dicionário. A polissemia dos jornais, entretanto, longe de elaborar o caos, no que diz respeito a ideais e aspirações sociais, consolida-as

como formas organizadas de interação humana, de onde provém o horizonte educacional para um modo próprio de habitar o mundo (DISCINI, 2005; 2010).

Assim, alerta-se para o perigo (infelizmente ainda recorrente na historiografia) de olharmos para as redações onde são confeccionados os jornais como espaços de articulações maniqueístas de determinados grupos em relação a outros. É preciso questionar, inclusive, a ideia de que os jornais são unicamente veículos ideológicos cuja função seja apenas o “mascaramento” da realidade.

As redações e os jornais vão muito além disso, materializando o que o mesmo Prost (1995, p. 148) chama de “nebulosa de contornos fluidos, onde ninguém detém um verdadeiro poder” e de onde, mesmo sem existir um acordo prévio entre escritores e leitores, saem folhas que fazem com que ambos passem a se interessar pelos mesmos assuntos, a ter gostos parecidos, a desejar este ou aquele produto, a comungar de uma certa visão de mundo. Existe um amálgama no repertório cultural dos que estão envolvidos nessa *prática cultural*, o que faz cair por terra crenças reducionistas há muito alimentadas em relação à imprensa.

Darnton (1990, p. 96) segue na mesma direção de Prost, demonstrando que “as matérias jornalísticas precisam caber em concepções culturais prévias relacionadas com a notícia” e que, justamente por isso, jamais se afastam em demasia do repertório cultural de seus leitores.

Ao mesmo tempo, ele indica que esse universo comum é o que verdadeiramente caracteriza a força educativa dos impressos: uma espécie de contrato invisível entre os que leem e os que escrevem nos jornais. É o contrato de confiança já mencionado anteriormente. Darnton demonstra ainda que a própria tradição de destacar um determinado assunto e omitir tantos outros faz parte da prática do jornalismo desde a configuração do campo na virada do século XIX/XX. Para esse autor (*idem, ibidem*), “[...] o contexto do trabalho modela o conteúdo da notícia, e as matérias também adquirem forma sob a influência de técnicas herdadas de contar histórias”.

Sevcenko (1989), Cruz (2000), Martins (2001) e outros demonstram que os jornais falam sobre uma infinidade de assuntos, dos mais longín-

quos aos mais próximos, *mas que se enraízam acima de tudo no ambiente imediato dos leitores*. Trata-se de uma maneira de olhar para o mundo e, ao mesmo tempo, de ampliar um espaço de convívio por intermédio da materialidade e da concretude das folhas impressas.

Bem sabemos que os jornais são antes de tudo ambientes de sociabilidade entre pares, espaços de visibilidade de determinados grupos e de silenciamento de outros; locais privilegiados para a constituição de distinções simbólicas e para a construção, reconfiguração e exposição de valores, ideias e sensibilidades. Mas eles são veículos peculiares, porque também se constituem como suportes de diferentes temporalidades e de falas que emanam tanto do tempo presente, do acontecimento ou da opinião imediata, da notícia dada em primeira mão – matéria-prima por excelência do jornalismo – quanto de um passado às vezes imemorial.

Em “Poema do Jornal” (2002), Carlos Drummond de Andrade, que, além de poeta, foi um homem da imprensa, transformou em versos a urgência da matéria, o ambiente nervoso das redações do século XX e também o *fait divers* típico do jornalismo⁶.

O fato ainda não acabou de acontecer
e já a mão nervosa do repórter
o transforma em notícia.
O marido está matando a mulher.
A mulher ensanguentada grita.
Ladrões arrombam o cofre.
A polícia dissolve o *meeting*.
A pena escreve.
Vem da sala de linotipos a doce música mecânica.

6 *Fait divers* é a prática jornalística de dar destaque a “todas” as notícias do mundo, não necessariamente àquelas com significativo valor político ou econômico. Tais notícias adquirem importância por comungarem com o repertório cultural dos leitores. O *fait divers* decorre da necessidade característica do jornalismo de tudo abarcar (acidentes, escândalos, curiosidades, assassinatos, descobertas científicas, aventuras etc.).

Pela leitura de jornais antigos quase podemos ouvir “a doce música mecânica” de Drummond, que ainda hoje emana de salas imaginárias de linotipos inexistentes. No entanto, mais do que isso, pela leitura de jornais antigos conseguimos nos aproximar de projeções coletivas sobre um tempo de então, sobre atores e espaços dados em relação de anterioridade – *uma anterioridade presentificada no ato e pelo ato da pesquisa*. Por meio da observação feita de uma crônica social, de um poema publicado num canto de página, de um artigo científico, de uma propaganda ou de um editorial, colhemos segmentos de cultura que ancoram dilemas e desejos humanos.

Muito se polemizou, ainda, sobre a *verdade* contida nos jornais, o que colocou a imprensa historicamente “sob suspeição”, conforme demonstrou Luca (2006), ao analisar a (não) utilização da imprensa como fonte pela historiografia. A desconfiança, hoje superada, justificou-se durante décadas para aqueles que acreditavam na existência de fontes estritamente objetivas, fidedignas ou imparciais. Estes talvez confirmem suas suspeitas e objeções ao ler os relatos reproduzidos a seguir, publicados cada um por um cronista:

Eu fazia de tudo na redação do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre. Até, como já contei mais de uma vez, o horóscopo. Quando faltavam artigos para a página de opinião eu fazia, usando pseudônimos. Certa vez, dois de meus pseudônimos polemizaram violentamente, pois tinham opiniões radicalmente opostas sobre determinado assunto. Eu também fazia um guia de bares e restaurantes da cidade e vez que outra inventava personalidades que os frequentavam (o conde italiano Ettore Fanfani, o empresário e *bon vivant* Aldo Gabarito) e davam seus palpites. Quer dizer, nada menos sério e mais longe da reportagem do que minha enclausurada atividade jornalística na época (VERISSIMO, 2009, p. D2).

[...] Sucede que eu tinha que encher uma página inteira para justificar o meu pró-labore, mais alto que o dos demais colaboradores, e nem sempre encontrava, nos suplementos, artigos suficientemente interessantes para comentá-los. Foi então que apelei para a imaginação. Passei a inventar artigos e articulistas que nunca existiram e comentava o conteúdo desses textos inventados. Como era eu quem os inventava, tratei de inventá-los interessantes tanto quanto

possível, mais polêmicos que os artigos verdadeiros. Foi um sucesso, choviam cartas à redação de leitores que desejavam participar das polêmicas que eu propiciava (GULLAR, 2010, p. E12).

Para aqueles que buscam a veracidade objetiva na fonte, nada menos confiável do que a imprensa. Entretanto, para os historiadores que buscam pistas verossímeis sobre o passado, talvez aí esteja nada mais próximo da cultura de um tempo. Aqueles que compreendem que qualquer fonte histórica, e não apenas os jornais, necessita ser problematizada não apenas em relação ao que está (ou não) escrito, mas também em relação a como está escrito; aqueles que compartilham da crença de que toda fonte é parcial e fragmentada por excelência, contendo mesmo uma boa dose de ficção, não se atemorizam diante de tais relatos de autores. Antes de tudo, caminham ao lado da comprovação da parcialidade das fontes, fazendo dessa realidade a sua *verdade possível*.

Trabalhar com jornais antigos para a escrita da história da educação significa compreendê-los, portanto, muito mais como *fragmentos verossímeis* da cultura de um tempo e de um espaço do que pensá-los como provas fidedignas do passado. Significa levar em conta além do já mencionado repertório cultural dos envolvidos na sua leitura/escrita, também os interesses econômicos e ideológicos envolvidos na sua edição. Significa reconhecer e problematizar o espaço gráfico dado para esta ou aquela crônica, propaganda, notícia ou artigo. Significa transformá-los também num *objeto* de pesquisa.

Potência

Cumprir aceitar que os impressos de ontem e de hoje são espaços onde o real e a ficção se misturam; que são ambientes de tempos entrecruzados e de falas polissêmicas; que passado, presente e futuro se embaralham nesse produto peculiar, que é uma das marcas da civilização contemporânea; que são fontes *fragmentadas* e *parciais* por natureza. Cumprir apropriar-se de tais características não como uma vulnerabilidade da fonte, mas como um traço de sua identidade.

Sem dúvida o manuseio dessa fonte é uma das maneiras de aproximação mais proficuas encontradas pelos historiadores da educação rumo aos séculos XIX/XX, um tempo em que os impressos ocuparam um papel capital no *processo civilizador* em curso no Brasil; um processo que buscou homogeneizar gostos, valores e comportamentos e que mirou não apenas o sujeito escolar, mas o sujeito posto no mundo: um sujeito em contato não apenas com um *outro escolar*, portanto, mas com um *outro social*.

“Eu é o outro”, já disse Rimbaud, dialogando à sua maneira com uma ampla gama de pensadores das ciências humanas que discutem as relações entre o *eu* (constituído por sua individualidade, mas não somente por ela) e o *outro*, sendo que este *outro* significa justamente o mundo social ao qual o indivíduo é exposto desde o seu nascimento. Isso significa que os valores individuais do *eu* são, em grande parte, sobredeterminados pelos valores coletivos do *outro*, pelos valores que circulam na sociedade. Esse dialogismo constitutivo do sujeito convocado *no e pelo* jornal tem nos próprios meios de comunicação os veículos mediadores por excelência entre o eu e o outro.

Assim podemos tomar os jornais ora como parte de uma *estratégia* para construção, circulação e consolidação de um *processo civilizador*; ora como *tática* resultante deste processo; ora como *estratégia e tática* concomitantemente (ELIAS, 1993; 1995; CERTEAU, 1990). Ao se constituírem como estratégicos, táticos, ou ambas as coisas, os jornais são vestígios basilares para a compreensão da construção do homem ocidental dos séculos XIX/XX e, conseqüentemente, para a escrita da sua história – e da história da sua educação.

Referências

- ANDRADE, C. D. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- ARAÚJO, J. C.; SCHELBAUER, A. (Org.). *História da educação pela imprensa*. Campinas: Alínea, 2007.
- ASSIS, M. *O jornal e o livro*. São Paulo: Peguin/Cia. das Letras, 2011.
- BAHIA, J. *Jornal, história e técnica*. São Paulo: Ática, 1990.

BASTOS, M. H. C.; CATANI, D. B. (Org.). *Educação em revista*. A imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONTEMPI, B. Mudanças na educação, mudanças na imprensa: a conversão do discurso educacional em opinião pública (*O Estado de S. Paulo, 1945-1955*). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3. 2004, Paraná. *Anais...* Paraná: PUC, 2004. p. 1-8.

CAMPOS, R. D. *A “princesa do sertão” na modernidade republicana: urbanidade e educação na Rio Preto dos anos de 1920*. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. *Mulheres e crianças na imprensa paulista: educação e história*. São Paulo: UNESP, 2009.

CANDIDO, A. A vida ao rés do chão. In: _____. *Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992. p. 13-22.

CATANI, D; FARIA FILHO, L. Um lugar de produção e a produção de um lugar: história e historiografia da educação brasileira nos anos de 1980 e de 1990 – a produção divulgada no GT História da Educação. In: GONDRA, J. G.; VIEIRA, C. E. (Org). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 85-110.

CERTEAU, M. A operação histórica. In: LE GOFF, J; NORA, P. (Org). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Franisco Alves, 1974. p. 17-48.

_____. *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

CHARTIER, R. *A ordem dos livros*. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: UnB, 1999.

CRUZ, H. F. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo: EDUC, 2000.

DARNTON, R. Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica. In: _____. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p. 70-97.

DARNTON, R.; ROCHE, D. (Org). *Revolução impressa: a imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996.

DISCINI, N. *A comunicação nos textos*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Discurso, gênero e estilo. In: BASTOS, N. B. (Org). *Língua portuguesa: cultura e identidade nacional*. São Paulo: EDUC/PUC, 2010. p. 245-267.

ELIAS, N. *O processo civilizador: formação do Estado e da civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, v. 2, 1993.

_____. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, v. 1, 1995.

FARIA FILHO, L. M. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução. In: ARAUJO, J. C. S.; GATTI JR, D. (Org). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 133-150.

GALVÃO, W. N. *No calor da hora*. São Paulo: Ática, 1994.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GONÇALVES NETTO, W. Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAUJO, J. C. S.; GATTI JR, D. (Org). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 197-225.

GULLAR, F. Quando o fim lembra o começo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. E12. 12 set. 2010.

LEMONS, F. de. Na vida intelectual... *A notícia*, São Jose do Rio Preto, 1927.

LUCA, T. História dos, nos e por meio dos periódicos: trajetórias e perspectivas analíticas. In: PINSKY, C. (Org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

MANACORDA, M. A. *História da educação*. Da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1989.

MANIFESTO DOS Pioneiros da Educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 65, n. 150, maio/ago. 1984. p. 407-425. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto_dos_Pioneiros_Educacao_Nova.pdf>. Acesso em: 11 set. 2010.

MARTINS, A. L. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república*. São Paulo (1890-1922). São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001.

MICELI, S. *Sexo, poder e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

PILETTI, N. Fernando de Azevedo. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 8, p. 81-98, 1994.

PROST, A. Fronteiras e espaços do privado. In: PROST, A.; VINCENT, G. (Org). *História da vida privada*, 5: da Primeira Guerra aos nossos dias. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p. 13-153.

_____. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SUSSEKIND, F. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

VERISSIMO, L. F. Eu, repórter. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 abr. 2009. Caderno 2, p. D12.

Endereço para correspondência:

Raquel Discini de Campos

Av. João Naves de Ávila, 2121 – *campus* Sta. Mônica, sala 1G120

Uberlândia – MG

CEP: 38400-902

E-mail: raqueldiscini@uol.com.br

Recebido em: 23 nov. 2010

Aprovado em: 26 ago. 2011